



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF
SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center
3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142
Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900
Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423
E-mail: cress8@cressdf.org.br

Ata Nº 1313 da Reunião Extraordinária do Pleno do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 8ª Região com os Trabalhadores e Assessoria Jurídica do CRESSDF, gestão “Reconstruir e Fortalecer: É Tempo de Democracia, Ação e Esperança”.

No dia primeiro de agosto de dois mil e vinte três, foi realizada Reunião Extraordinária com as/os funcionárias/os do CRESS/DF, o Conselho Pleno e assessoria jurídica, conforme solicitação do corpo de funcionárias/os. Estiveram presentes as/os Conselheiras/os: Ana Luíza Ribeiro Câmara, Gislaine Andrea Almeida Medeiros, Erica Alves da Silva, Sabino Manda, Ágata Parentes Ferreira, Karina Aparecida Figueiredo, Silvia Rodrigues Fernandes, Jean Vitor Cândido, remotamente: Bruna Souto Martins Araujo, Thiago Meneses de Castro Mendes e Sofia Ferreira Rodrigues. As trabalhadoras: Grace Kele da Silva, Marcia Regina Praxedes da Silva, Ana Luísa Rocha Delfino, Gabriela Pereira Feitosa, os trabalhadores: Leonardo Vitor Nina de Santos, Eduardo Martins Pereira Vasco. Representando o jurídico: Rafael Rodrigues de Oliveira e Gabriela Filgueira. Deise e Valneia apresentaram justificativa, via e-mail, para a ausência na reunião. A reunião se iniciou às 14:39. Ana Luísa informou que gravará toda a reunião e que gostaria de anexar o documento produzido na ata, que irá iniciar com o código de ética do CRESSDF. Gabriela (funcionária) disse que não é questão pessoal, mas que são questões que identificaram e que são necessárias melhorias, que é uma forma de expor o que identificou para melhoria do ambiente de trabalho. Ana Luísa disse que é dever conforme o código de ética do CRESSDF que os trabalhadores façam isso, realizou a leitura do documento produzido, em sua primeira página. Informou que é apoio para iniciar e questionou se os conselheiros tinham conhecimento do Código de Ética, estes dizem que sim, Eduardo e Gabriela disseram que não tiveram contato quando chegaram. Ana Luísa falou que recebeu e assinou um termo, destacou que querem trazer a mudança, que querem que todos tenham ciência. Gabriela (funcionária) falou que uma das questões é a contratação da Tatiane, que ela conversou com os funcionários, que traz questionamentos pois só há uma agente fiscal e um assistente contábil, que estão sobrecarregados, que sempre fala em suas apresentações sobre a necessidade de uma segunda agente fiscal, que pelo que conversaram havia uma boa intenção na contratação, que a gestão está identificando algumas coisas que precisam ser mudadas. Karina informou que todo CRESS tem assessoria técnica, informou que não



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF
SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center
3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142
Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900
Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423
E-mail: cress8@cressdf.org.br

havia funcionários quando a gestão anterior assumiu, que a medida que os concursados foram chamados, abriu-se possibilidade para contratação de cargo comissionado, que seria necessário para dar suporte às comissões, que não se pode solicitar certas coisas da agente fiscal que pode ser desvio de função, que há alguns desafios pois somos um CRESS pequeno e que há muita inadimplência, que a ideia era ter a nova sede com 2 agentes fiscais, 2 financeiros, 3 administrativos e uma assessoria técnica, que no momento com o CFESS isso era cobrado, que a gestão já havia deliberado para a contratação da assessoria, que foi sendo adiado pela questão do espaço físico, que já no final da gestão passada, já se comentava sobre a contratação de Tatiane, que é necessário conhecimento em Serviço Social e na área de conselho, que quando contrataram a assessoria de gestão se debateu isso, que a ideia da nova sede é de ampliar o horário de funcionamento para manhã e tarde, que há preocupação com a ampliação dos funcionários, que tem a questão financeira, que um cargo em comissão pode ser destituído a qualquer momento, mas o empregado público não, que isso é um desafio, que ter 2 agentes fiscais é uma meta, que dentro da estrutura falta essa assessoria, que os conselheiros e conselheiras não tem tempo para dar conta. Gabriela (funcionária) ficou em dúvida pois Tatiane compartilhou suas atribuições, que não têm detalhes em relação ao Serviço Social, que dentro dos requisitos do cargo dela tem que a agente fiscal pode subsidiar a diretoria. Karina diz que no âmbito da fiscalização, há agente processando CRESS por desvio de função. Gabriela (funcionária) leu o artigo da política de fiscalização e as atribuições de Grace em assessorar a fiscalização, que poderia sobrepor as atribuições, questionou sobre a possibilidade de se contratar outra agente fiscal para esse fim. Ana Luísa falou que com o contrato de Tati, na portaria que ia sair, era com base no PCCR, mas que era diferente do CFESS, que as atribuições não tinham relação com o Serviço Social, que o PCCR coloca que deveria ser de 40 horas, mas no contrato tinha escrito que deveria Serviço Social no número tal que poderia ser somente ela, que as atribuições não estavam claras, que não sabiam a quem reportar com a chegada dela. Gabriela (funcionária) disse que no contrato não tinha nenhuma atribuição ou competência do Serviço Social. Karina disse que dentro do CFESS a orientação era assessoria em Serviço Social, que pode haver uma falha no contrato, mas que não seria agente fiscal. Ágata propôs que se faça a apresentação e depois abra-se para fala de todos. Eduardo falou



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF
SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center
3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142
Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900
Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423
E-mail: cress8@cressdf.org.br

da questão orçamentária, que na última reunião com o sr. Eustáquio foi dito que a receita era boa, que não entende porque contratar uma assessoria e não um concursado, que poderia até melhorar com as receitas. Gabriela (funcionária) falou que a justificativa financeira sempre é usada, que foram levadas 17 pessoas ao descentralizado, que se gastou cerca de 25 mil, que outros CRESS levaram menos pessoas, que nem o CRESSGO levou tantas pessoas, que pensam assim que não há recursos, mas que talvez não haja, que poderia usar o recurso na valorização dos funcionários, disse que falta capacitação, que não teve quem te repassasse as informações, que pega coisas nos congressos, que sente que não há valorização, que o recurso é repassado para outras áreas e não para a valorização dos profissionais, que está sendo contraditório, que em uma área parece que não tem, mas em outras coisas tem, que entende que o nacional vai ser em Brasília, que pode-se economizar. Ana Luísa explicou que o documento foi feito por pautas. Decidiu-se que serão apresentados macrotemas e que serão feitas pausas para apresentação. Ana Luísa questionou das 40 horas, que a pessoa seria paga e faria 30, que não estaria legalmente adequado. Karina e Grace informaram que houve um erro no PCCR. Ana Luísa disse que é uma pauta o PCCR, que ela, Eduardo e Gabriela já fizeram uma prévia do PCCR, que deveria haver um GT, que poderia chamar mais um financeiro e liberar Eduardo para participar de outras coisas, que não precisaria de um comissionado. Karina informou que são coisas diferentes, que é necessário fazer uma comissão de revisão do PCCR, que uma coisa não exclui a outra, que poderia ter 2 financeiros e 2 agentes fiscais, mas isso não acaba a necessidade de uma assessoria, que é uma orientação do CFESS, que existem processos de agentes contra os CRESS, que está nas bandeiras de lutas, que a questão central é fiscalização e atribuição, que tem outras pautas, que são defesas com outros conselhos, que a figura da assessoria é necessária. Ana Luísa disse que não pode afastar sua formação, que não se pode contratar um cargo com vícios no contrato, que vira uma bola de neve, que primeira precisa sanar os problemas, porque priorizar tanto isso, que a gestão tem autonomia, mas que os funcionários não podem deixar de registrar as irregularidades. Gabriela (funcionária) falou que é uma ideia continuar com a contratação de assessoria, o que Tatiane apresentou não tem as questões faladas, que dentro das descrições do contrato não consta o que foi dito, que do mesmo jeito que se pode tomar um

processo de agente fiscal, pode se tomar um da Tati pelas atribuições do cargo. Ana Luísa leu súmula do STF sobre cargo em comissão. Karina falou que de qualquer forma o PCCR precisa ser revisto. Silvia disse que temos o dever de mudar os documentos, mas pensando na função da gestão, que entende a contratação da assessoria como importante, que deve se ter escrito o que o novo funcionário fará, deve ter escrito o que deverá ser feito, que a assessoria deve ser prioridade, mas que a intenção não deve ser de arrumar a casa, que como aconteceu a fatalidade de Tati não assumir, é importante aprender para resolver para os próximos. Gabriela (funcionária) falou que conversou com Rosangela sobre a assessoria, que falou para Tati que era importante ela estar na defesa dos concursos públicos, que teve um choque pois tinha uma visão sobre o que seria a assessoria, que seria nas questões políticas, o que veio como atribuição divergiu, que não sabia o que era para fazer que por isso chamaram a reunião e que agora ficou mais claro. Karina falou que tem uma falha como gestão anterior, que quando Jéssika assumiu fizeram uma reunião e que tinha intenção de fazer reuniões periódicas, que perceberam a necessidade dessa assessoria, que precisavam cumprir outras etapas. Rafael aproveitou para compartilhar sua perspectiva, que nos últimos 5 anos presenciou uma grande mudança na estrutura, que em 2019 notavam falta de funcionários, que a gestão estava finalizando e havia pouca participação de conselheiras, que conversou com Rafaella e viu o esforço feito, que identificou pontos que deveriam ser melhorados, o concurso público, o PCCR, que o concurso é para um cargo e que precisava do detalhamento deste, que o que fazem não é perfeito, mas pode ser refeito. Falou que hoje percebe, mesmo da perspectiva de quem não está no olho do furacão, que hoje o CRESS vive uma transição muito clara de uma fase de total desestrutura, que agora tem uma estrutura com pessoas que tem qualificação, que a atitude é louvável, que as gestões passam e quem fica são os empregados, que percebe que o CRESS precisa de fluxograma e organograma, que a assessoria jurídica também passa pela dificuldade de saber a quem reportar, que esse momento é natural em um processo de transição, que é claro que precisam de novas nomeações, que não tem dúvida que há sobrecarga. Sugeriu que se fizesse organização de fluxograma e organograma e eventualmente do PCCR. Ana Luísa falou que em conversa com Tati sobre a contratação da assessoria na gestão passada, que ela disse que disseram não foi feito nada, mas que

houve, que não havia leitura por parte da gestão, que não adianta elaborarem documentos se não houver o dever em ler. Disse que não há um fluxograma, que há atividades que são evidentemente administrativas e que são usurpadas por conselheiras, que tem as atribuições no regimento interno e que não são cumpridas, que colocaram um ponto em relação a Grace, que há uma falta de autonomia para tomar decisões, que até para coisas simples e deu o exemplo da necessidade de mudança de uma mesa para chegada de Leonardo, que coisas simples são colocadas para a necessidade de levar para o pleno, que tem certas coisas que não precisam disso, que vê a tendência de Karina de abrir para o diálogo. Gabriela (funcionária) falou que o cargo de comissão que se entende que tem uma confiança, que ela está sempre sendo questionada, que Karina colocou que a gestão tem autonomia para contratar e finalizar contratos, que não vê autonomia no desempenho das atividades. Ana Luísa colocou que no contrato da Tati foi dada a possibilidade do cargo híbrido, que saiu na esfera federal uma instrução sobre a possibilidade de trabalho híbrido com produtividade, porque não se pode fazer o revezamento, contratando duas agentes fiscais, por exemplo. Jean falou enquanto profissional recém formado, disse que o concurso é novo, que isso pede relação com outros profissionais, que quando está em novo local precisa se informar, que entende que há uma melhoria na articulação, que foi visível no descentralizado, que precisa analisar a historicidade, que antes dos funcionários havia outras pessoas com várias atribuições, que é um processo passar isso e entender o que se faz, que a gestão também precisa disso, que os funcionários tem processo de articulação com outros CRESS, que o importante é a sistematização, solicitou que a sobrecarga seja apresentada, que esse é um pontapé para a gestão, que isso traria estratégias para gestão agir. Falou que as demandas irão aumentar, mesmo com a contratação de outros profissionais, que no espaço que temos não seria possível, que um documento com essa extensão deveria ter sido passado antes, que o processo de transição deveria ser levado com empatia, que é favor da construção do fluxograma e do organograma, que devemos pensar enquanto conselheiros como não piorar essa situação. Karina falou sobre o ILAES, que chegaram em 2020, na pandemia, havia poucas pessoas na gestão anterior, que não conseguiram entender como funcionava o conselho, que havia muita dificuldade, que foi sugerido contratar um assessoria, assim contrataram o ILAES, mas viram que não atendia

o que precisavam, que optaram por suspender, que ficou o documento aprovado com várias ressalvas, que o contrato poderia ser suspenso a qualquer momento, que ficaram de estudar se contrataria outra assessoria, que precisavam de ter fluxograma e organograma, que precisavam da parte de avaliação de desempenho, que Valerio tinha conhecimento nessa área, mas em outras não. Falou que contrataram Uilma. Gislaine disse que foi antes do ILAES para a questão dos documentos, que na sala do administrativo, era só arquivo. Karina falou que precisavam ver com outros CRESS o que era necessário, que em relação ao treinamento, não houve com Gabriela, Eduardo, Ana Luísa, mas que poderiam trazer treinamentos que queiram fazer, que a gestão não está fechada para isso, que a democracia é difícil mesmo, que é uma questão ética propiciar o diálogo, que as coisas devem ser debatidas, que houve curtos-circuitos, que houve atravessamentos de conselheiros. Disse que Grace tem autonomia e liberdade, pediu que ela fale sobre isso, que reporta a Grace para empoderá-la do lugar dela, para que se aproprie desse lugar, que Grace é assistente social e que pode representar, mas que muitas vezes está engolida em atividades administrativas, que não tem problema em discutir trabalho híbrido, que no caso de Tatiane foi previsto para que ela participasse das comissões, que não pode falar da ida de 17 pessoas. Silvia falou que gostou da fala de Jean, que estamos em momento de transição, que precisamos avançar para um novo período, que não se pode pensar que antes era pior e que será melhor, que é necessário sistematizar, principalmente, o fluxograma, que talvez se contrate uma assessoria, que pode ser possível fechar uma semana para planejamento, que podemos definir outras prioridades, que sentiu falta de encontro preparatório para o descentralizado, que podem se pensar em novas atividades para economizar ou arrecadar mais, que a gestão pode gastar mais em atividades políticas, que tem que se fazer planejamento, que todas as reuniões são sobre a mesma pauta. Gabriela (funcionária) falou que Jean colocou sobre apresentar o que é sobrecarga, que tem que se cuidar, que pontuar o que é sobrecarga, gera uma sobrecarga, que teria que deixar de fazer outras atividades, que Jéssika passou que teve duas agentes fiscais contratadas. Karina informou que houve duas pois uma ficou grávida. Ágata disse que isso é muito ruim, pois parece que é conversa de corredor. Gabriela (funcionária) falou que quando chegou foi informada que deveria falar com Jéssika e que isso foi repassado, se tinha outra pessoa que iria passar as informações,



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF
SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center
3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142
Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900
Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423
E-mail: cress8@cressdf.org.br

que a gestão deveria lhe passar. Ágata falou de Rosângela. Gabriela (funcionária) disse que Rosângela tinha outro trabalho e nem sempre estava disponível, que para fazer o levantamento, gera uma sobrecarga, que colocou na apresentação que fica na denúncia, que não consegue fazer outras atividades, que quando faz outras atividades, suas funções se acumulam, que o trabalho híbrido propicia outra contratação, que tem contato com outros agentes fiscais, que isso não exclui a necessidade de capacitação pela instituição, que não acha que deveria procurar cursos, pois não sabe se gerará custos, que é um atividade administrativa, que Rosângela falou sobre o CRESS Mato Grosso, que seria possível com o CRESS GO, remotamente, sem custos, mas que não teve mais retorno, que no descentralizado deveríamos ter momentos de articulação para apresentar as propostas. Grace falou que pois foi mencionada algumas vezes, falou que entrou dois meses antes da gestão 20-23 entrar, que só tinha ela e Marcia, que faziam um pouco de tudo, que tem problemas que reverberam até hoje, que o ILAES foi contrato para o fluxo de trabalho, que isso é um trabalho administrativo, que pode trocar junto com os funcionários, que Karina realmente lhe dá autonomia, que já teve fala no telefone de pessoas questionando seu trabalho, que está colocando pois foi citada, que por ela passaria, que acha que junto com os funcionários pode pensar o fluxo, que sempre teve autonomia por parte da presidente, mas nem por todos da gestão, que a forma que se fala é o problema. Ágata falou que vem identificado conflitos, que o GT deveria ser de conciliação, que está preocupada, que acha que nunca foi grossa, mas que tem encontrado falhas na comunicação, que quando vê tem funcionário contra a gestão, a gestão contra a gestão, que gostaria que conversassem mais, que não somos inimigos, queria que a gente tentasse construir um CRESS melhor, que se criaram ranços, que trouxeram que não queriam personalizar, mas que há uma personalização, que há uma exaustão, que está em adoecimento, que está aqui em compromisso político, que dos dois lados há um cabo de força, que beira a falta de respeito, que gosta de Eduardo, mas que ele questionou porque ela teria que vir aqui, que se sentiu constrangida, que havia a questão dos auxílios, que o auxílio pode ser deliberado para ampliação de solicitação, que se tentava acolher o que os funcionários traziam, que deveríamos puxar mais reuniões, mas que tendo o conflito, parece que a gestão não está sendo aberta. Erica agradeceu pela exposição, que entende que seria necessário acesso ao

documento antes, que como Ágata vê o problema da comunicação, que acha que a questão parece que já deveria ter sido resolvida, que entende e se solidariza com a fala, que entende o posicionamento da gestão anterior, que já vê o problema e que deve se ver o que fazer, que em situações como a de Tati seria importante o pleno falar com os funcionários, que acha interessante o home office com escala, que Gabriela pode procurá-la sobre capacitação. Marcia falou que concorda com dr. Rafael que o CRESS está passando por uma evolução, que a gestão está fazendo mais pelos funcionários, que concorda com Ágata no sentido de que precisamos conversar mais, que hoje seria um salto para no futuro haver mais diálogos entre a gestão e funcionários, quando mais se evitar de trazer os problemas, mais conflitos haverá, que precisa sair pois levará o marido ao hospital. Ana Luísa falou que o problema é falta de diálogo, que no ACT estava a pauta de ter reuniões periódicas, que tem que se prezar o respeito, que não teve como enviar o documento antes, mas que há o link, que o ponto principal é o diálogo, que podem avaliar se podem participar ou não no GT, que sobre as 17 pessoas, parece que não houve uma deliberação prévia, que na pressa não se analisa impacto financeiro, que em relação a abertura ao diálogo que Ágata falou, que não é ameaça, que é sobrecarga, que estão cansados, questiona se a gestão está ciente das irregularidades, que coisas podem ser cobradas das conselheiras e dos funcionários, que não veem as atas, que não sabem se as coisas estão tendo andamento, que poderia como funcionária e cidadã ir no TCU, mas que prezam pelo diálogo, que por isso temem ser responsabilizados, que querem ser resguardar. Eduardo falou que sempre tentaram resolver amigavelmente pelo diálogo, mas que não veem resultado, que reportam situações e que não veem nada ser feito. Jean falou que acha que é princípio que toda gestão carrega, que o processo de capacitação é de dupla mão, que precisa vir da gestão e que processo também passa por uma autonomia do profissional, que fortalece a fala de Ágata, que a partir da primeira reunião, mas que há receio de um contato, que ou se formaliza a demanda, ou se coloca a humanização do processo de trabalho, que falta uma linguagem não violenta, que independente da origem do processo, se antes tivessem trazido os pontos, a gestão poderia ter se programado para mitigar as questões, que a pauta é importante, que a partir daqui devemos tentar diminuir a tensão, que devemos entender como a forma que se fala gera algo no outro. Silvia deu informe sobre que fará a primeira reunião do GT, que

deve se tomar cuidado com falas sobre como assédio dos dois lados, que as relações são desiguais entre funcionários e empregadores, e a gestão representa o empregador, que deveríamos fazer tratativas por e-mail, que se incomoda com falas que dizem que quando fala que estão falando do CRESS, que como conselheiros somos pessoas públicas, que pode dar a opinião sobre o que quiser, que os funcionários podem ir falar o que quiser também, que podemos ser questionados por qualquer pessoa, que acha uma fala autoritária questionar se alguém está falando algo do CRESS, que se alguém for no TCU, a gente responde. Sabino faz questão de ordem, questiona ao dr. Rafael se a denúncia pode ser feita fora do mecanismo, que fora disso entende que é difamação. Rafael disse que sem o contexto é difícil, que imputar a alguém um crime é calúnia. Sabino faz questão de ordem considerando a exaustão da secretária, sugere retomar a reunião em outro momento. Gabriela (funcionária) faz a contraposta de apresentarem a pauta do assédio moral. Ana Luíza falou que está em exaustão para realização da ata. Karina falou que a pauta do assédio é longa e sugere nova data. Gabriela (funcionária) falou que o CRESS sofreu uma sanção do Ministério Público do Trabalho, que isso é público, que não está falando mal da gestão. Karina disse que já estão entrando na pauta. Sabino lembrou da condição da secretária e pediu suspensão da reunião. Ana Luíza apresentou a pauta: fluxograma, apontamentos sobre a assessoria contábil, sobre a assessoria jurídica, sobre a gestão, reformulação do PCCR, apresentação da proposta do ACT, assédio moral, que será apresentado oralmente, que são muitas coisas. Sabino questionou se há algum pedido de inversão de pauta. Eduardo falou que o assédio moral, pois já entrou nesse assunto. Grace questionou sobre as datas. Karina falou que estará em Brasília até terça. Dr. Rafael falou que não poderá segunda, mas sim quinta e sexta até 16:30. Ana Luíza sugeriu a inversão de pauta para primeiro assédio moral e a parte referente a assessoria. Deliberou-se a reunião para quinta, 03/08/2023. Karina falou que em relação ao treinamento, que podem procurar a Grace, no caso de Gabriela procurar Erica, que havendo custos, podemos ver como viabilizar os custos, em relação a agente fiscal, informou que primeiro se convocou Cibele, com dois meses ele saiu, que Jaqueline estava grávida e saiu de licença maternidade, então, veio Isadora que engravidou e saiu para licença, houve um período que coincidiu duas agentes, enquanto Isadora aguardava licença, Jaqueline também trabalhou. Thiago falou

que não pode estar na reunião por questão de convocação, citou o prazo para convocação, que não dá para fazer reunião assim, que precisa entender o que está acontecendo, que está no GT com Silvia e Jean, que discorda que não se possa fazer denúncia, que iremos responder, como questão de ordem sugere fazer a reunião com um prazo maior. Karina disse que não falou em qualquer momento que não se pode denunciar. Eduardo falou que foi pela fala de Ágata que se sentiu ameaçada. Ágata falou que é uma percepção pontual. Grace falou que não teve acesso a pauta e por isso não encaminhou. Karina falou que foi convocação extraordinária. Jean falou que a reunião pode acontecer, que isso não exclui o GT. Sofia questionou sobre quem pode fazer a ata. Ana Luíza informou que Lorena também. Sabino destacou que são coisas diferentes, Karina concordou. Ana Luíza colocou que são apontamentos que os funcionários identificaram, que não exclui o GT. Karina falou que entende que são questões com vários desdobramentos, que deverão ser passados para as comissões, que esteve mais afastada por 2 meses, que percebe que há um curto-circuito, que há atravessamentos, que há um problema concreto, que tem um compromisso político, que há compromisso com a categoria, que quer que o CRESS continue melhorando, que há melhoria mesmo na arrecadação, que sabe que alguns vão saindo no meio da gestão, que a tendência é ir saindo, que precisamos discutir como gestão, com os trabalhadores, com as assessorias, que falta esse planejamento, que precisamos entender como as comissões funcionam, que várias questões estão em falta, que tem clareza sobre o compromisso assumido, que sabe que é seu CPF que está lá, que não se opõe a responder nenhum processo, que tem vários compromissos, que deseja arrumar os processos internos e de trabalho, que espera que a construção seja feita de forma respeitosa, democrática e participativa, ninguém é inimigo de ninguém, reafirmou nossos compromissos, que ninguém está aqui por poder, que está aqui pelo que acredito, que sempre lutou pela classe trabalhadora, que é parte dela, que espera um processo ético, democrático, participativo e que levará isso para a gestão, que na próxima reunião segue a pauta, que nunca geriu uma autarquia, que não temos liberação para cumprir o mandato, que às vezes não damos conta, que precisamos resolver, que a gestão tem 2 meses, que as coisas estão truncadas, solicitou a colaboração de todos, que está passando por questões pessoais delicadas, que houve atropelamentos na gestão, que espera que a gente consiga terminar a gestão cumprindo o



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF
SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center
3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142
Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900
Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423
E-mail: cress8@cressdf.org.br

que nos comprometemos, agradeceu a oportunidade e o feedback, que é necessário, que será feita de forma ética e dialogada. Gabriela (funcionária) falou que ficaram preocupados quando souberam da participação dela, que são temas complexo e que necessitam da saúde mental, prestou solidariedade a Karina e que veem empatia sempre da parte dela, que temas que quiseram deixar para depois, tudo bem, que há pontos que divergem, mas que o diálogo deverá ser respeitoso, que se sente realizada no Serviço Social, que se alinha no Projeto Ético-Político e com o Código de Ética que apesar de falar em denúncias, se abrem para trabalhar coletivamente, que esperam que recebam as críticas, que já fez críticas à gestão, que está aberta a conversar, que em relação ao assédio moral é uma coisa muito latente, que não há um posicionamento alinhado. Sem mais a reunião encerrou-se às 17:21 e eu, Ana Luíza Ribeiro Câmara, conselheira primeira secretária, lavrei a presente ata.

PAUTAS REUNIÃO ENTRE FUNCIONÁRIOS E GESTÃO CRESS/DF

INTRODUÇÃO:

- Comunicar gravação da reunião;
- Comunicar que toda documentação apresentada/mencionada será anexada a ata da reunião;
- Informar o inciso VIII, art. 4ª, da Seção I, do Código de Ética e Conduta do CRESS/DF. É dever do colaborador:

SEÇÃO I - Dos Deveres

Art. 4º. Com fundamento nos princípios apresentados neste Código de Ética e Conduta, os ocupantes de cargos nos órgãos estruturantes (no que compatível com a natureza do cargo), os integrantes do corpo funcional e colaboradores a qualquer título do CRESSDF comprometem-se a:

VIII. denunciar infringência a princípio ou norma ético-profissional de que tome conhecimento;

- Nesse mesmo sentido, temos outras previsões no mesmo diploma legal:

X. zelar permanentemente por providências que sejam essenciais à salvaguarda da missão institucional do CRESSDF;

XI. contribuir para a melhoria do exercício de seus respectivos cargos, empregos ou funções, tendo por escopo a busca do aperfeiçoamento contínuo, pessoal e profissional;

Art. 6º. Os ocupantes de cargos nos órgãos estruturantes, os integrantes do corpo funcional e os colaboradores a qualquer título do CRESSDF têm por obrigação zelar pelo cumprimento integral e pela não violação da legislação brasileira com possível incidência em suas atividades, especialmente aquela relacionada à improbidade administrativa, fraude, corrupção, conflito de interesse, proteção ao meio ambiente, propriedade intelectual, respeito à diversidade, assédio moral e sexual, direitos humanos e marco civil da internet

- Questionar se algum dos conselheiros leu ou teve ciência do Código de Ética e Conduta do CRESS/DF ou do regimento interno e elencar que, segundo o art. 2º, parágrafo terceiro do Código de Ética e Conduta do CRESS/DF, TODOS deveriam assinar, na posse, termo de ciência.
- Oportunamente, destacamos que o que será exposto, em momento algum, relaciona-se às pessoas,

Art. 48. Não será tolerada qualquer forma de constrangimento, pressão, discriminação ou tratamento hostil contra o integrante de órgão estruturante ou do corpo funcional do CRESSDF que, de boa-fé, denuncie uma conduta ilegal ou contrária às diretrizes estabelecidas neste Código de Ética e Conduta.

TÓPICOS:

- Esclarecer pontos acerca do Cargo em Comissão:

1. Atribuições não repassadas aos funcionários, somente “boatos” das atividades;

TEMA (com repercussão)

Tema 1010 - Controvérsia relativa aos requisitos constitucionais (art. 37, incs. II e V, da Constituição da República) para a criação de cargos em comissão.

Relator(a): MIN. DIAS TOFFOLI

Leading Case: RE 1041210

Descrição: Recurso extraordinário em que se discute à luz do art. 37, incs. I, II e V, da Constituição da República os requisitos constitucionais exigíveis para a criação de cargos em comissão.

Tese:

a) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais; b) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado; c) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e d) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

2. Contrato com graves irregularidades: PCCR que indica a necessidade de 40h (exclusividade) e que não foi considerada, ainda mais sem redução de salário proporcional; Requisito como Serviço Social, não indicado em PCCR (não há a indicação de áreas específicas, como no CFESS), e, ainda mais, indicando um número próprio da profissional, como se o requisito fosse “ser ela mesma”. Também se destaca que as atribuições relatadas pela Tatiane não se relacionavam, em nada, com a atividade de Assistente Social, tendo em vista que a Lei n.º 8.662, de 7 de Junho de 1993, prevê:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam

contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Já o contrato da profissional Tatiane prevê:

“CLÁUSULA SEGUNDA - Descrição sumária das atividades:
prestar assessoria técnica à Diretoria e às unidades do CRESS/DF, nos assuntos da atividade fim do Conselho; analisar processos e documentos, esclarecer dúvidas e consultas, emitindo opinião técnica de acordo com a legislação do sistema e demais deliberações; elaborar minutas de documentos no interesse do CRESS e assistir às

diversas áreas que abrangem os assuntos de natureza técnica, ao executar, controlar e acompanhar o desenvolvimento das tarefas.”

Desta forma, demonstra-se que as atividades a serem desempenhadas pela assessoria especial encontram-se contempladas no âmbito administrativo e não nas competências e atribuições privativas do Assistente, além do mais tais atividades estão contempladas nas atividades desempenhadas pela Coordenação Administrativa-Financeira.

CARGA HORÁRIA PREVISTA: CONTRATO TATIANE X PCCR

Contrato Tatiane:

CLÁUSULA QUARTA - Jornada de Trabalho: A CONTRATADA cumprirá jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira, totalizando 30 (trinta) horas semanais.

Previsão PCCR:

Art. 6º, § 1º - A(O) ocupante de cargo em comissão submete-se ao regime de dedicação integral ao serviço, ou seja, 40 horas semanais, podendo ser convocada(o) sempre que houver interesse do CRESS/DF 8ª Região.

Destaca-se que a dispensa de horas de CC, sem a devida redução salarial, poderá enquadrar-se como renúncia de receita. O TCU salienta que um gestor que renuncia o recebimento de valores sem atender ao que diz a legislação poderá estar cometendo ato de improbidade administrativa ou outra infringência legal, vindo, com isso, a ser responsabilizado pelo Tribunal de Contas, além das esferas civil e penal.

3. Após conversa com a própria Tatiane, que somente não assumiu o cargo pois havia cláusula de exclusividade no outro trabalho (que também há no CRESS/DF, ressalta-se), esclareceu-se, informalmente, as atribuições, contudo, observa-se que tais atividades e elaborações já fazem parte das atribuições da Coordenadora Administrativa e, poderiam, por exemplo, ser realizadas com um GT. Assim, era prudente e necessário contratar uma pessoa para isso, sendo que, como vice-presidenta ela não foi capaz de implementar? Ou melhor, não seria mais relevante para o CRESS/DF contratar outra Agente Fiscal e/ou mais um assistente contábil, para não sobrecarregar os funcionários atuais e, assim, possibilitar a participação no GT, já que a contratação é um custo de funcionário também.
4. Uma das atribuições da Tatiane seria para apontar os “erros” do CRESS/DF, contudo, nós, funcionários, já fazemos isso, porém não nos levam em conta e, ainda, pessoalizar as críticas; Aqui reiteramos que é uma obrigação dos funcionários e que não é nada pessoal contra qualquer pessoa.

VIII. denunciar infringência a princípio ou norma ético-profissional de que tome conhecimento;

X. zelar permanentemente por providências que sejam essenciais à salvaguarda da missão institucional do CRESSDF;

XI. contribuir para a melhoria do exercício de seus respectivos cargos, empregos ou funções, tendo por escopo a busca do aperfeiçoamento contínuo, pessoal e profissional;

5. Em diálogo com a Tatiane, ela expôs que a ILAES fez as atividades na qual foi contratada para fazer, contudo não havia participação das conselheiras para aprovação e, desse modo, o trabalho se perdeu. Desse modo, observamos que, pode haver sugestão dos funcionários, pode haver ACT, pode haver GT, pode haver diferentes formas para ajuste dos gargalos do CRESS/DF, mas se não houver comprometimento da gestão, para ler e participar efetivamente, nada irá sair do papel.
6. Nesse mesmo sentido, temos alguns pontos a elencar em relação aos cargos comissionados no CRESS/DF, pois, no próprio encontro descentralizado, elencou-se que dispensa de receita é questão séria, a ser auditada pelo TCU. Desse modo, se o PCCR indica exclusividade e contrata cargos comissionados sem a referida carga horária e pagamento da mesma forma, é notória a dispensa de receita, o que configura violação segundo o PCCR.
7. Ainda, sabe-se que muitas das atribuições da coordenadora administrativa são usurpadas por conselheiras, bem como não é dada autonomia suficiente para que a Coordenadora faça os ajustes necessários, o que, por muitas vezes, atrapalha o andamento das atividades. É evidente que assuntos relevantes devem ser avaliados e aprovados pela Gestão, contudo, atividades meramente administrativas, deveriam ser de responsabilidade direta da coordenadora, contudo não se permite a referida autonomia, mesmo sendo um cargo de confiança da própria gestão.
8. Por fim, neste tópico, elencamos que o foi possibilitado para o contrato da assessoria especial, na figura da Tati, o estabelecimento de trabalho híbrido, tendo em vista que não há previsão contrária no PCCR ou ACT, questiona-se o porquê de tal fato não se estender aos funcionários efetivos de forma regulamentada, considerando, inclusive, que há atividades que seriam melhor desempenhadas, fora do ambiente de trabalho. Acrescenta-se ainda a Instrução Normativa de número 24/2023 que estabelece orientações a serem observadas pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec e do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg relativas à implementação do Programa de Gestão e Desempenho - PGD e tem como alguns de seus objetivos I - promover a gestão orientada a resultados, baseada em evidências, com foco na melhoria contínua das entregas dos órgãos e entidades da administração pública federal; VI - atrair e reter talentos na administração pública federal; IX - contribuir para a saúde e a qualidade de vida no trabalho dos participantes; e incentiva a adesão ao PGD substituindo o controle de frequência por metas de trabalho e, dessa forma, possibilitando e fomentando o trabalho híbrido.
9. Em relação ao contrato de trabalho da Coordenadora Administrativo- Financeira observa-se também o descumprimento das 40 horas de atividade exclusiva, além de

não ter sido realizado o enquadramento do contrato no PCCR atual, como estabelecido no próprio PCCR.

- **Falta de organograma e fluxograma:**

1. Não há clareza na distribuição de atividades, mesmo havendo o regimento interno que indica as funções. Dessa forma, ocorre retrabalho dos colaboradores em determinadas atividades e até mesmo cobranças horizontais entre eles, o que prejudica o espírito de corpo da organização. A presença de um organograma contribui no entendimento dos processos realizados, identifica falhas, evita sobrecarga de trabalho devido a divisão de funções, incentiva os funcionários a terem mais conhecimento da sua área e facilita o acesso da visão na empresa; Além disso, existem tarefas que deveriam ser executadas por outro setor e são executadas pelos colaboradores, os quais não possuem competência técnica para realizá-las, como, por exemplo, manutenção de equipamentos de T.I, configuração do sistema de SOFTWARE e a configuração do sistema operacional dos microcomputadores.
2. Não há um organograma claro acerca de quem reportar os problemas a quem ou como se devem reportar os problemas. Falta a figura de Chefe de Setor em cada seção, de forma a responder pelo mesmo em todos os casos e assessorar a Coordenadora Administrativo-Financeiro; Há apenas dois regulamentos, quais sejam: Regimento interno e Código de Ética e Conduta do CRESS/DF. Onde estão os demais regulamentos? Existem? Desde a criação do CRESS não houve essa regulamentação?

REGIMENTO INTERNO

Art. 21 - À Diretoria do CRESS 8ª Região compete:

(...)

*VIII. Estabelecer normas quanto à estrutura e funcionamento administrativo para os serviços de: **Secretaria, Tesouraria, Contabilidade, Inscrição, Orientação e Fiscalização;***

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO CRESS/DF

SEÇÃO II - Das Vedações

(...)

*XIII. iniciar uma atividade ou projeto **sem antes verificar se já há uma norma e/ou procedimento que estabeleça as diretrizes a serem seguidas**, bem como as aprovações necessárias para o processo.*

No Código de Ética e Conduta do CRESS/DF é vedado agir com inobservância à relação hierárquica, porém não há cadeia de comando para seguir, o que, claramente, está sem regulamentação, podendo qualquer situação ser enquadrada como violação do referido código, inclusive iniciar uma atividade ou projeto, conforme transcrito acima.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO CRESS/DF

SEÇÃO II - Das Vedações

(...)

VI. agir com inobservância à relação hierárquica, salvo justo motivo;

3. Como já apontado na discussão acerca do cargo comissionado de assessor especial, acreditamos que se houvesse a inserção de maior força de trabalho efetivo, no quadro de funcionários, com ideal 2 colaboradores por setor para substituição, fortalecendo e desafogando os setores, assim como há no Regimento Interno a figura do Presidente, com o seu substituto o Vice-Presidente, a figura do 1º Secretário, com o seu substituto o 2º Secretário, e assim por diante, senão vejamos:

REGIMENTO INTERNO

Art. 25 - Ao Presidente do CRESS 8ª Região compete:

(...)

Art. 26 - Ao Vice-Presidente compete:

*I. **Substituir o Presidente** em suas faltas, impedimentos e na vacância do cargo;*

(...)

Art. 29 - Ao 1º Tesoureiro compete:

(...)

Art. 30 - Ao 2º Tesoureiro compete:

*I. **Substituir o 1º Tesoureiro** em suas faltas, impedimentos e na vacância do cargo;*

Comparação do corpo funcional com outros Cress

Cress MT:

Fiscalização = 2 Agentes Fiscais + 1 Agente de Fiscalização

Financeiro = 2 Auxiliares Adm/Fin + 1 Coord. Financeira + 1 Coord. de Licitação/Contratos

Administrativo = 1 Assessor Especial

Cress MS:

Fiscalização = 2 Agentes Fiscais

Financeiro = 1 Técnico + 1 Assessor Especial

Administrativo = 1 Auxiliar Administrativo

Cress GO:

Fiscalização = 3 Agentes Fiscais

Financeiro = 2 Agentes Financeiros

Administrativo = 2 Agentes Administrativos + 3 Auxiliares Administrativos (1 auxilia o Setor Financeiro)

4. Código de Ética e Conduta do CRESS/DF e regimento interno sequer conhecido pela gestão, pois há várias violações.

5. Atribuições que são realizadas pelos funcionários, sendo que eram da gestão
6. Falta de suporte da coordenação por falta de competência técnica;
7. Falta de suporte técnico para questões de TI e suporte dos sistemas;
8. Ausência de definições dos regulamentos, organograma, atribuições explícitas, comando e apoio administrativo
9. No Código de Ética e Conduta do CRESS/DF está explícito a criação de um Comitê de Ética para verificar as eventuais violações do próprio código. No entanto, não há esse comitê atualmente, ou seja, desde a confecção do código o comitê não foi criado e, conseqüentemente, não há apuração das irregularidades informadas pelos colaboradores. Diante disso, Como reportar as coisas? e como ter o retorno do que foi reportado? Quem irá averiguar?

CÓDIGO DE ÉTICA DE CONDUTA DO CRESS/DF

CAPÍTULO VII

Da Constituição e Competência do Comitê de Ética e Conduta

Art. 51. O CRESSDF constituirá um Comitê de Ética e Conduta, composto por 03 (três) membros, escolhidos pelo Conselho Pleno.

Art. 52. Compete ao Comitê de Ética e Conduta, precipuamente, apreciar eventuais violações a este Código, concluindo pela imposição das medidas disciplinares cabíveis ou pelo arquivamento do caso, agindo com independência e respeito às garantias individuais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, cabendo a esse órgão:

10. Férias/ Abonos/ Atestados - Financeiro e Fiscalização: demandas acumuladas e sobrecarga, pois ambos os setores possuem apenas 1 funcionária(o);
 - Para quem as demandas serão repassadas? Ficarão acumuladas até a volta da(o) funcionária(o) gerando mais sobrecarga de trabalho?
11. Afastamento Grace: situação da coordenação;
12. Retaliação Grace sobre convocação e Home Office:
 - A solicitação do Home Office foi solicitada pela coordenadora da COFI, tendo em vista que haveria a necessidade de elaboração de apresentação para apresentação em Assembleia, ressalta-se a sobrecarga da Agente Fiscal, principalmente após 3 meses com demandas reprimidas, por não poder realizar visitas com a ausência de convênio de locomoção (erro do administrativo e demora na resolutividade da situação);
 - Logo, o questionamento sobre os trâmites deveria ser realizado no próprio email enviado pela COFI, e não diretamente a Agente Fiscal, principalmente, tendo em vista que a Érica questionou a Grace se estaria tudo certo com a solicitação houve a confirmação que sim.
 - Mais uma vez reforça-se a necessidade de estabelecimento de Fluxos, pois não há problema, por nossa parte, de cumprimento dos protocolos, desde que eles sejam expressos claramente e não pontuados quando oportuno a Gestão, inclusive ressaltando a necessidade de cumprimento por parte da

Gestão. Informando a solicitação de Home Office, às 21:00, por parte da Gestão, à funcionária.

- Inclusive em resposta ao email enviado a Gabriela, questionou sobre o repasse dos fluxos para fins de conhecimento e não incorrência por falta de conhecimento, entretanto não houve resposta do Administrativo.

- **Apontamentos sobre a assessoria contábil:**

1. Contrato feito retroativamente e em contato direto com a Assessoria Jurídica, passando por cima da deliberação da Gestão/falta de isonomia com a contratação da assessoria de comunicação;
2. “Contrato de trabalho” de 150 horas;
 - 2.1 Não temos e não assinamos esse contrato;
 - 2.2 Reduz o valor das Horas Extras.
3. Gera trabalho em dobro, pois pede os relatórios e documentos já enviados anteriormente;
4. Folhas de pagamento enviadas de última hora e apresentando erros;
5. Não atende premissas básicas (auxílio creche, pagamento titulação só são pagos após recorridas cobranças e muitas vezes paga meses depois)
6. Não conhece a realidade orçamentária do Cress/DF fazendo orçamento com dotações menores que ano anterior, por exemplo dotação para Assessoria de Comunicação com redução salarial sem nenhuma justificativa para tal redução;
7. Decide quando coloca as horas extras trabalhadas na folha de pagamento, mesmo quando já há autorização da Presidente para realizar o pagamento;
8. Não recebe bem os questionamentos dos funcionários, respondendo com rispidez e não aceita ser contrariado;
9. Não presta uma boa assessoria financeira no sentido de orientar a gestão sobre a melhor alocação dos recursos e não elabora relatórios de fácil entendimento;
10. Contrato Temporário e Emergencial improrrogável onde foram feitos vários termos aditivos;
11. Presta serviços ao Cress/DF desde 1999, com licitações feitas de forma irregular, em que não possibilita a participação de outros interessados.
 - 9.1 Fere o **Art. 23.** do código de Ética e Conduta “*Os integrantes dos órgãos estruturantes ou do corpo funcional do CRESS/DF devem adotar conduta compatível com o combate ao nepotismo, **prestigiando nas contratações em geral a aptidão técnica e o atendimento às condições que sejam legalmente exigidas.***”

- **Apontamentos sobre a assessoria jurídica:**

1. Assessoria não parece ser coerente com seus posicionamentos e, infelizmente, atua até de forma contraditória. Por exemplo, quando se questionou, no atual PCCR, acerca do “hiper salto” de classe, em reunião realizada em 2022, o jurídico informou que a administração pública deve respeitar a legalidade estrita, isto é, fazer unicamente o que está disposto nos regramentos. Contudo, contrariamente, confeccionou e permitiu, à gestão do CRESS/DF, realizar a formalização de contrato que viola frontalmente o elencado no próprio PCCR acerca da jornada de trabalho;

2. Outro exemplo claro, já mencionado anteriormente, foi a questão do contrato da assessoria contábil, que, apesar de haver uma cláusula EXPRESSA que informa que o contrato, realizado já em caráter de urgência (em razão da pandemia), era improrrogável, houve a confecção de reiterados aditivos, até de forma irregular (contrato já vencido, inserindo data retroativa);

seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

O presente Contrato Emergencial é firmado em caráter excepcional e temporário com amparo na permissiva legal de dispensa de licitação contida no art. 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/1993, tendo em vista a necessária continuidade na prestação de serviços contábeis ao CRESS/DF até a realização de processo licitatório para contratação definitiva.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Este instrumento terá vigência por 180 dias improrrogáveis, sendo o termo inicial dia 04/05/2020. Seu termo final é o dia 30/10/2020.

3. Ainda, é essencial destacarmos o momento em que recebemos o “processo” de contratação da assessoria de comunicação. Processo vazio, sendo que a própria assessoria jurídica já havia enviado “edital” em um processo de carta convite. Quando questionamos a representante da assessoria jurídica acerca da situação, ela demonstrou espanto e, ainda, colocou como se fosse um erro do CRESS/DF em não seguir as “indicações”, contudo, a coordenação e alguns integrantes da gestão informaram que não existiam “instruções” para o processo.
4. A advogada ainda informou que poderíamos “montar a fase interna depois”, o que causou maior espanto, pois isso é uma evidente ilegalidade e instruída pela própria assessoria jurídica.
5. No processo de contratação da assessoria de comunicação, o jurídico instruiu que deveríamos obrigatoriamente iniciar e encerrar o processo antes de findar o prazo de entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021. Contudo, questionamos que não fazia sentido essa situação, pois nenhum processo consegue ser rápido assim, que precisávamos de tempo para elaborar. Ela informou que, ao menos, tínhamos que finalizar a “carta convite”, pois o contrato já seria regido pela nova lei. Acharmos tão absurdo que analisamos a literalidade da lei e estava expresso que após iniciado o processo regido pelo normativo anterior (Lei nº 8.666/1993), esse deveria reger todo o processo, inclusive o contrato. Conceitos básicos de Direito, pois não se pode “combinar” leis.
6. Os funcionários, deste regional, estão insatisfeitos, de modo geral, com a prestação de serviço da assessoria jurídica, pois além de demorarem a responder os questionamentos, ainda dão instruções à gestão que, em breve análise, se mostram indevidas e, muitas vezes, até irregulares.
7. Ainda, observa-se que está se formando, jurisprudencialmente, um entendimento de que a assessoria jurídica deve pertencer ao corpo funcional dos conselhos de classe. Assim, os funcionários acreditam ser essencial um movimento no

CRESS/DF, especialmente para melhorar a qualidade no trabalho, para a contratação de uma assessoria jurídica exclusiva e, se possível, a criação de um cargo efetivo do quadro. A assessoria jurídica recebe, atualmente, aproximadamente R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo que o piso salarial em 2023, da OAB/DF, é de R\$3.747,25 para a jornada de até 4 horas diárias ou 20 horas semanais ou de R\$ R\$ 5.554,44 para a jornada de 8 horas diárias ou 40 horas semanais. Fazendo-se uma média, tendo em vista o expediente de 30 horas semanais do CRESS/DF, tem-se que um advogado, pertencente ao quadro e com dedicação específica para as demandas do CRESS/DF, receberia R\$ 4.893,30. Se houvesse um jurídico presente, muitas coisas seriam resolvidas e sanadas com brevidade, possibilitando um melhor atendimento aos profissionais. Muitos questionamentos a Ana Luisa que sana, pois o jurídico não é presente.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TUTELA DE URGÊNCIA. ESGOTAMENTO DO OBJETO DA DEMANDA. NÃO CONFIGURAÇÃO. SINDICATO. CONSELHOS REGIONAIS DE MEDICINA VETERINÁRIA E DE CONTABILIDADE EM SERGIPE. PROVIMENTO DA FUNÇÃO DE ASSESSOR JURÍDICO MEDIANTE CARGO EM COMISSÃO. IRREGULARIDADE. ATIVIDADES MERAMENTE TÉCNICAS. INTELIGÊNCIA DO TEMA Nº 1.010 FIXADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL PELO STF. TUTELA DE URGÊNCIA. DEFERIMENTO. POSSIBILIDADE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

9. O STF já pacificou o entendimento de que os Conselhos de classe, por possuírem natureza jurídica de verdadeiras autarquias, conquanto sui generis, estão submetidos à regra da necessidade de concurso público para contratação de seus funcionários, nos termos do art. 37, II, da Carta Magna. Precedente (RE 1218545 AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 22/08/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-171 DIVULG 26-08-2022 PUBLIC 29-08-2022).

10. A regra prevista no art. 37, V, da CF/88 é expressa ao delimitar as atribuições dos cargos em comissão, havendo o STF esmiuçado os requisitos para criação desse tipo de cargo no julgamento do Tema nº 1010.

11. O STF pacificou o entendimento de que a função de assessoramento jurídico não possui as atribuições necessárias para que seja preenchida por cargos em comissão, uma vez que são atividades meramente técnicas. Precedente (RE 1064618 ED-AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 29/03/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-069 DIVULG 04-04-2019 PUBLIC 05-04-2019).

12. Conquanto não se tenha nos autos as atribuições do Assessor Jurídico no CRMVSE, as defesas prévias apresentadas sinalizam que, para o cargo comissionado de Assessor Jurídico, as atividades são meramente técnicas. Tais atividades não necessitam, para seu adequado desempenho, relação especial de confiança, mas mera obediência e lealdade à instituição pública, obrigatório para todo e qualquer servidor, como se vê nas atribuições dos

empregos efetivos de Auxiliar Administrativo, Assistente Administrativo e os demais constantes no PCS do CRC/SE.

14. Em exame compatível com a medida postulada nessa cognição perfunctória, a Recorrida logrou em demonstrar, a priori, a ilegalidade do preenchimento da função de assessoramento jurídico mediante cargos em comissão.

15. Não há óbice para que o Poder Judiciário determine que a Administração Pública proceda com realização de concurso público, ante o poder geral de cautelar do juízo, nos termos do art. 297 do CPC, situação corroborada pela própria afirmação da recorrente da indispensabilidade do preenchimento dos cargos em tela, sob pena de prejuízos aos serviços do Conselho, havendo o juízo tão somente impedido que esse preenchimento seja por livre nomeação, exigindo prévio certame público, nos termos da Constituição. Não há que se falar em prazo exíguo para a realização do certame público, na medida em que há razoabilidade e proporcionalidade no período de 180 dias para a realização do referido concurso.

(PROCESSO Nº: 0802420-60.2023.4.05.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO AGRAVANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA EM SERGIPE; AGRAVADO: SIND DOS SERV EM CONS E O DE FISC P E ENT C E A EST SE; RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Leonardo Resende Martins - 6ª Turma; JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU): Juiz(a) Federal)

8. Destaca-se que a assessoria jurídica atual, nos moldes que se apresenta, elenca, reiteradas vezes, que apenas emitem “parecer opinativo”, deixado claro que a gestão pode, na verdade, fazer o que quiser, porém, observa-se, que não está havendo a devida advertência quanto a irregularidades, nem mesmo a devida explanação das possíveis responsabilizações dos gestores.
9. Muitas demandas da gestão são feitas “diretamente”, sem haver, por parte da assessoria, uma “instrução complementar” acerca da legalidade da solicitação, possibilitando que a gestão cometa irregularidades, na qual os funcionários ficam cientes, contudo a gestão alega “que está na lei” e que o jurídico informou que pode. Ora, aqui cabe novamente a reflexão sobre os princípios da administração pública, entre eles a necessidade de respeito à moralidade administrativa (*Nem tudo que é legal, é moral!*). A título de exemplo:

ATA 1308 *”Rafael disse que cada conselho tem autonomia, que é uma decisão de gestão, que deu os parâmetros jurídicos, que se entenderem que não é válido podem suspender. Que não conhece o contexto dos outros CRESS”*

- Apontamentos sobre a Gestão:

1. Questionar, o Setor Jurídico, acerca das diárias recebidas pelas conselheiras. Questioná-lo acerca dos valores, limites e, principalmente, como deve ser a prestação de contas, especialmente em eventos.

Informa-se que segundo a Resolução CRESS/DF 021/2022, art 2º o valor da diária a ser recebido para despesas de hospedagem e alimentação é 400\$, mesmo valor

pago pelo CFESS presente na Resolução CFESS 1005/2022 art. 1º. Tal questão, se contradiz com o exposto pela Gestão que os comparativos salariais com o CFESS não podem ser realizados, pois o recebimento do Federal é maior que o âmbito Distrital, entretanto tal disposto assemelha-se no valor das diárias.

Em relação ao auxílio representação:

SEÇÃO II - Das Vedações

Art. 5o . Os ocupantes de cargos nos órgãos estruturantes (no que compatível com a natureza do cargo), os integrantes do corpo funcional e colaboradores a qualquer título do CRESS/DF devem abster-se de:

II. usar do cargo, emprego ou função para obter, para si ou para outrem, qualquer espécie de favorecimento pessoal direto ou indireto;

- Art. 9º - Fixar em R\$150,00 (cento e cinquenta reais) o valor do Auxílio Representação a ser pago quando estiver representando este Conselho presencialmente, em qualquer Região Administrativa do Distrito Federal. **Resolução CRESS/DF 021/2022**
- Art. 3º Fixar em R\$160,00 o valor do auxílio de representação a ser concedido a conselheiras/os e convidadas/os do CFESS, para cobertura de custos incorridos para a execução de atividades presenciais de interesse do conselho, não acumulável com diária ou ressarcimento. **Resolução CFESS 1005/2022**

Tais apontamentos demonstram contradição ao argumento que o pagamento a ser realizado aos funcionários não pode ser feito com base de comparação nos valores recebidos no CFESS, tendo em vista sua arrecadação maior, já que os valores recebidos de diárias e auxílio representação se igualam àqueles pagos pelo CFESS.

Outro ponto a ser apresentado é o constante descumprimento do Art. 12, § 1º, da Resolução CRESS/DF 021/202, que orienta que:

o total permitido por mês para pagamento de Auxílio Representação, será de no máximo 8 (oito) reuniões, atividades e/ou eventos presenciais e remotos e, **excepcionalmente**, esse quantitativo poderá ser excedido, mediante apresentação de justificativa e com prévia autorização da Diretoria.

Constatou-se pelos funcionários que nos últimos 3 meses, no mínimo, houve o descumprimento do máximo de pagamentos de Auxílio Representação, ALGO QUE DEMONSTRA UMA NÃO EXCEPCIONALIDADE NA UTILIZAÇÃO ACIMA DO PRESCRITO.

Além disso, percebe-se que os funcionários do CFESS, recebem 3x vezes mais que os funcionários do CRESS/DF, realizando as mesmas atividades, na aplicação de um proporcionalidade o ideal de pagamento dos auxílios representações seria R\$50,00 e no pagamento de diárias R\$ 133,33.

Realizando-se o cálculo da remuneração por hora dos trabalhadores percebe-se que: nível médio recebe R\$12,76 por hora trabalhada e nível superior recebe R\$27,87, sendo que por diversas vezes os auxílios representações são pagos em seu valor integral (R\$150 - cento e cinquenta reais) para atividades que compreendem apenas 1 hora ou pouco mais.

	Julho	Junho	Maio
Ágata	4	10	0
Ana Luiza	4	3	2
Deise Liane	4	2	2
Érica	0	0	1
Ester	0	0	1
Gislaine	9	3	10
Jean	6	4	2
Karina	0	0	3
Kênia	2	0	2
Lorena	5	4	3
Lucci	0	1	0
Maria do Socorro	0	3	1
Maria Isabel	0	0	2
Pamela	5	2	1
Rosangela	1	1	1
Sabino	5	7	8
Shirlei	6	13	6
Silvia	4	0	2
Sofia	0	0	1
Solange	0	2	1
Tatiane	0	0	1
Thiago	3	0	0
Valneia	3	1	3

ATA 1308 “Gislaine disse que o foi colocado na resolução que o conselheiro poderia vir ao CRESS até 8 vezes, extrapolando só com autorização da diretoria, que houve extrapolação do número por duas conselheiras da tesouraria, que em alguns dias uma das conselheiras fez outras atividades, que fez faxina.” (SIC)

Outro ponto a ser ressaltado é o gasto exorbitante com diárias e a falta de repasse dos valores excedentes, além da ausência de prestação de conta dos gastos com hospedagens e alimentação, que justifiquem o uso integral do valor recebido.

Destaca-se que se averiguou as pastas das gestões anteriores e constatou-se que, antes, as prestações de contas eram feitas de forma pormenorizada, indicando os gastos realizados por cada um que fizesse uso.

Como propõe o Código de Ética e Conduta do CRESS/DF que:

SEÇÃO XI – Da Prestação de Contas

“Art. 31. Os integrantes dos órgãos estruturantes e do corpo funcional do CRESS/DF são responsáveis pela exatidão e veracidade das informações registradas nas prestações de contas e solicitações de reembolso.

Art. 32. As viagens, deslocamentos, refeições e outras despesas necessárias para o desempenho de suas atividades profissionais devem ser consistentes com a necessidade e seguir os valores estabelecidos nas normas vigentes, em especial para fins de prestação de contas e reembolso.”

Utilizando-se como exemplo o Encontro Descentralizado

2. Estiveram presentes

- 11 representantes CRESS/GO;
- 5 representantes CRESS/MS;
- 3 representantes CRESS/MT;
- 17 representantes CRESS/DF

O envio de 17 representantes por parte do CRESS/DF gerou um gasto de aproximadamente **R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)**.

Não houve reuniões prévias para organização das atividades, mesmo com um número elevado de participantes, o CRESS/DF deixou de apresentar propostas de encaminhamento ao nacional, ou seja, não foi cumprido o objetivo do evento, apenas levaram as pessoas para viajar sem nenhuma programação.

2.1 Não foi observado o princípio da economicidade ao indicar 17 pessoas para o evento do GO, sendo que há outras demandas mais urgentes e importantes como por exemplo a qualificação dos funcionários para realização de licitações para contratação de Assessorias de Comunicação e Reforma da Nova Sede.

Por mais que não seja ilegal e esteja “dentro do limite”, levar todas essas pessoas era realmente necessário? Principalmente quando se fala em aumento salarial no CRESS/DF para valorização dos poucos empregados, o entrave maior apresentado pela Gestão é justamente o pouco recurso arrecadado.

3. O CRESS enquanto autarquia pública federal deve observar os princípios previsto no:

- Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA. (CF 88)**

Deve observar ainda o Código de Ética e Conduta do CRESS/DF

SEÇÃO XV - Responsabilidade na utilização de recursos financeiros próprios e de terceiros

- **“Art. 40. O CRESS/DF deve *utilizar os seus recursos financeiros de forma responsável, respeitando as normas e as leis vigentes, de forma transparente, legal, moral e econômica.*” Resolução nº. 025/2022**
CÓDIGO DE ÉTICA E CONDOTA DO CRESS/DF

Todos os princípios devem ser respeitados. A administração pública é uma legalidade estrita. O próprio Jurídico apontou isso pra gente, quando falamos do PCCR, mas não se respeita quanto às demandas da gestão;

4. Estagiários administrativo e fiscalização (remunerados)
5. Participação dos funcionários nos eventos não como excesso, mas como parte do planejamento.
6. Verbas para a contratação de novo agente fiscal e contábil.
 - a. Após reunião com Assessoria Contábil onde foi informado o superávit Financeiro do ano corrente a Gestão passou a aumentar os gastos com viagens, levando mais gente, e com pedidos de auxílios sendo que o resultado positivo de receita é principalmente devido ao trabalho dos funcionários e esse valor poderia ser utilizado para novas contratações desafogando, principalmente os setores de Fiscalização e Financeiro, que possuem altas demandas de trabalho.
7. Alguns conselheiros apoiaram as nossas pautas e realizam críticas à gestão, entretanto percebe-se que a pessoalização das questões apontadas não permite a reflexão crítica desses processos, e gera retaliações àqueles que procuram a melhora para as problemáticas do Conselho.
8. Falta de transparência quantos aos documentos públicos confeccionados pelo CRESS/DF, especialmente as atas do Conselho Pleno, essas que, apesar de indicarem assuntos relacionados às questões públicas, não são divulgadas, bem como tem-se que a prestação de conta e previsão orçamentária não é a realizada de forma detalhada.
9. Ausência de data para fechamento de ponto, o que prejudica as horas extras que sempre são pagas no mês posterior;

- **Reformulação do PCCR:**

1. Há a previsão no ACT aprovado em 2022/2023 a multa de 10% do salário básico do empregado em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas, o CRESS tem conhecimento que está em descumprimento de tal Cláusula com a não reformulação do PCCR atual, entretanto como pontuado em ATA 1310 a assessoria jurídica, na figura do Rafael, pede celeridade na contratação da Tati, colocando em segundo plano a aprovação do PCCR e do ACT, este último tendo sido entregue em 20/06/2023, mesmo tal temática tendo sido debatida em tal ATA, não houve pontuações sobre a entrega de contraproposta. Tal questão gera questionamentos sobre a valorização dos funcionários atuais.
2. Auxílio alimentação ficou sem ajuste de 2018 a 2020
3. Em 2020 tinha um Agente Administrativo temporário com salário de R\$1.800,00 (salário maior que o da Agente Administrativa Márcia, que na época tinha 8 anos de Cress e recebia R\$1.736,95), por que foi reduzido para R\$1.751,00 no PCCR de 2021?

4. Proposta de reformulação confeccionada pelos funcionários, porém sem espaço para apresentação, como um GT específico para análise.

- **Apresentação de contraposta do ACT:**

1. O atraso na definição do ACT do ano, mesmo que pago retroativo, onera os funcionários, tendo em vista que não há o pagamento de juros e correção monetária, bem como há maiores descontos obrigatórios (imposto, INSS e outros), onerando-os em excesso sem compensação efetiva.
2. Sabe-se que o sindicato é ineficiente, não cumprindo com suas obrigações, o que acabou demorando na apresentação da proposta inicial do ACT de 2023/2024. Contudo, ele foi apresentado em 20/06/2023 e, desde então, não houve retorno da gestão, priorizando junto ao jurídico, por exemplo, a contratação da assessoria especial, preterindo algo essencial aos trabalhadores.
3. Ainda, muitos compromissos foram assumidos que não foram cumpridos e destacamos que há previsão, no ACT aprovado em 2022/2023, de multa de 10% do salário básico do empregado em caso de descumprimento de quaisquer de suas cláusulas (revertendo em favor da parte prejudicada). Algumas cláusulas que foram descumpridas:

- COMBATE AO ASSÉDIO MORAL;
- MESA PERMANENTE DE REUNIÕES;
- BANCO DE HORAS E HORA EXTRA;
- REFORMULAÇÃO DO PCCR;

4. Assim, tem-se que o ajuste quanto ao ACT de 2023/2024 é essencial aos funcionários e é uma questão que precisa ser priorizada pela Gestão.
5. Por fim, apresenta-se um comparativo para reflexão das remunerações pagas atualmente aos funcionários:
 - A diária da menina da limpeza, que, destaca-se, não presta um bom serviço (quanto a isso, pontuamos a personalidade na contratação da prestadora de serviço, sem análise da aptidão técnica) é de R\$160,00. O dia de trabalho do Assistente Administrativo ou Contábil é R\$76,56 e o da Agente Fiscal é R\$167,20 (considerando-se unicamente o salário base).
 - Ao analisarmos os cargos de Assistente Administrativo ou Contábil, que recebem o mesmo salário, somando-se TODAS as verbas (alimentação, saúde, transporte e outros), o dia de trabalho é de R\$140,00;

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO CRESS/DF

Art. 23. (...)

§ 4º . As regras para a contratação de fornecedores de bens e serviços deverão constar de norma específica.

- **Assédio Moral:**

1. Tem-se, nesse ponto, que a Gestão do CRESS/DF está, infelizmente, sendo conivente com o Assédio Moral. Tentamos, de diferentes formas, dialogar e clamar para que condutas assediosas fossem reprimidas, não somente por ser uma autarquia pública, mas principalmente por ser um conselho de SERVIÇO SOCIAL.

2. Intervenção do Ministério Público do Trabalho (denúncia anterior à entrada do corpo funcional atual do CRESS/DF, o que demonstra que a prática tem se perpetuado);
3. Em posicionamento anterior, preferimos não expor o nome. Contudo, observamos que muitos integrantes da nova gestão não sabem dos relatos e, principalmente, contam unicamente com uma versão das situações. Assim, tendo em vista que alguns dos registros já foram até repassados para ao MPT, faremos brevemente alguns relatos;
4. Alguns exemplos:
 - Reunião em “particular” com 1 ou 2 dias de trabalho - Ana Luisa;
 - Perguntas e atitudes inquisitórias e que abalam o emocional dos funcionários;
 - Caso do ex-estagiário Pedro;
 - Treinamento véspera das férias;
 - Relato das colegas quanto ao meu período de férias;
 - Todo o corpo funcional teme a presença dela e, quando sabemos que ela irá chegar ou quando ela chega, o ambiente fica pesado, em que todos ficam com medo;
5. E-mail enviado por Eduardo onde relata a situação ocorrida entre a estagiária e Shirlei em que amenizam a situação dizendo que era uma “tempestade em copa d’água”, mais uma vez reforçando a ideia de que não estão dando a devida atenção para o caso e não se comprometeram a combater o Assédio Moral como se comprometeram.
6. Destacamos que o Ministério Público tem ciência de alguns desses casos (alguns aconteceram recentemente), bem como a Gestão do CRESS/DF, contudo, mesmo assim, colocaram a referida conselheira para “convidar” para a palestra acerca do assédio, essa que era para ser um “cumprimento de determinação” do MPT, o que, evidentemente, foi completamente desrespeitoso com o funcionários;

Palestra da atividade de educação permanente do CRESS/DF. ➤ Caixa de entrada x CRESS x



Conselho Regional de Serviço Social Cress 8DF <cress8@cressdf.org.br>

para GABRIELA, nataliamoreira597@gmail.com, GRACE, Lyan, Marcia, Ana, GISLAINE, Karina, Shirlei, ÁGATA, mim

Prezadas/os, boa tarde.

Envio, em anexo, o Ofício para a atividade de educação permanente destinada às/aos funcion

Pego confirmação do recebimento.

Atenciosamente.



Shirlei Santos
Conselheira-2ª Tesoureira (CRESS nº 4929)
Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região - CRESS/DF
shirlei.asocial@gmail.com
SRIVN, quadra 702, Conjunto P, Edifício Rádio Center
Sala: 3139/3140, SRIVN bloco B Ala Norte, DF
<http://cressdf.org.br>

de: Conselho Regional de Serviço Social Cress 8DF <cress8@cressdf.org.br>

para: GABRIELA FEITOSA PEREIRA <gabriela040596@gmail.com>,
"nataliamoreira597@gmail.com" <nataliamoreira597@gmail.com>,
GRACE KELE DA SILVA <gracekelessdf@gmail.com>,
Lyan <contatoeuly4n@gmail.com>,
Marcia Regina Praxedes da Silva <marciareginapraxedes@gmail.com>,
Ana Luiza Câmara <camaralu@hotmail.com>,
GISLAINE ANDREA ALMEIDA MEDEIROS <gislainemedeirosocial@gmail.com>,
Karina Aparecida Figueiredo <karina.asocial@gmail.com>,
Shirlei Pereira Gomes Dos Santos <shirlei.asocial@gmail.com>,
ÁGATA PARENTES FERREIRA <agata.ferreira.cress@gmail.com>,
Ana Luisa Rocha Delfino <luisadelfino.adv@gmail.com>

data: 1 de jun. de 2023, 15:59

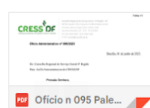
assunto: Palestra da atividade de educação permanente do CRESS/DF.

enviado por: cressdf.org.br

assinado por: cressdf-org-br.20221208.gappssmtp.com

qu., 1 de jun., 15:59

Um anexo • Anexos verificados pelo Gmail



Responder

Responder a todos

Encaminhar

Do: Conselho Regional de Serviço Social 8ª Região
Para: As/Os Funcionárias/os do CRESS/DF

Prezada Senhora,

Cumprimentando cordialmente, o Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - CRESS/DF vem, por meio deste, **CONVIDAR** Vossa Senhoria para participar da atividade de educação permanente destinada as/os funcionárias/os da autarquia, conforme informações abaixo:

Data da Palestra: **06/06/2023.**
Horário: **14h às 19h.**
Local: **Auditório do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal - CRP/DF - 4º andar. Ed. Brasília Rádio Center Ala "A" SRTVN, 4024 - Asa Norte, Brasília – DF.**
Tema da Palestra: **Assédio Moral no Ambiente de Trabalho.**

Atenciosamente,

Karina Aparecida Figueiredo
Conselheira Presidenta
CRESS 8ª Região-DF



Documento assinado eletronicamente por **KARINA APARECIDA FIGUEIREDO**, Presidenta, Diretoria, IP de acesso 186.193.6.29, em 01/06/2023, às 15:35:53, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

7. Foi acordado, mesmo que verbalmente, com os funcionários do CRESS/DF, que a conselheira Shirlei iria voltar na nova gestão, porém que ela não iria compor comissões ou realizar atividades que tivessem relação com funcionários. Contudo, contrariamente, a conselheira está em todas as comissões e atuando da mesma forma anterior.
8. Aqui cabe destacar o ciclo de violência na qual estamos inseridos. Reiteradas vezes informamos das condutas da referida conselheira, essa que, após “alerta”, “adequa-se” por um período e, depois que “a poeira abaixa”, ela retoma com as mesmas atitudes. Um exemplo prático é o e-mail que recebemos hoje sobre o afastamento da conselheira citada para esperar as coisas se acalmarem e retornar com os mesmos comportamentos. Recebemos e-mail parecido quando esta informou seu afastamento para se dedicar ao Trabalho de Conclusão de Curso. Evidentemente o mesmo ciclo de vivenciado em casos de violência doméstica, por exemplo.
9. Ainda, destacamos que o CRESS/DF se comprometeu formalmente, por diversas vezes e em diferentes documentos, em combater o assédio, contudo, mesmo com os reiterados apontamentos em relação a referida conselheira, continuamos lidando com as mesmas situações.

Código de Ética Profissional - Resolução CFESS 273/93

Art. 4º É vedado ao/à assistente social: b) praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de

serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais;

Código de Ética e Conduta do CRESS/DF

SEÇÃO XIV - Proibição ao Assédio Moral e Sexual

Art. 39. O CRESSDF está comprometido em promover um ambiente livre de qualquer tipo de assédio e em orientar os integrantes de órgãos estruturantes e do corpo funcional do CRESSDF de que maneira devem reagir a possíveis assédios externos.

Acordo Coletivo de 2022/2023

COMBATE AO ASSÉDIO MORAL

O CRESS 8ª REGIÃO-DF se compromete a coibir esta prática no ambiente de trabalho e a abrir Processo Administrativo Disciplinar, mediante denúncia da Comissão Permanente de Combate ao Assédio Sexual e Moral, ou do funcionário ou do Sindicato, para apurar denúncia.

10. Assim, além de registrarmos, mais uma vez, a insatisfação com Conselheira Shirlei, também solicitamos, formalmente, uma retratação do CRESS/DF em relação ao evento sobre assédio moral, solicitando que ele seja feito e que conte com a participação efetiva de toda a gestão.
11. Questões sobre a acumulação Gabi:
 - Questionamento sobre a acumulação, por parte da Conselheira Shirlei e sobre uma “aprovação em pleno”, sendo que a acumulação é um direito garantido dos Assistentes Sociais.

*Art. 21. Dirigentes, empregados e colaboradores a qualquer título do CRESS/DF poderão desempenhar outras atividades de forma simultânea com os cargos, empregos ou funções na Autarquia, de forma remunerada ou gratuita, de natureza permanente ou eventual, com ou sem contrato de trabalho, desde que não estejam sujeitos a regime de dedicação exclusiva e haja compatibilidade entre as respectivas jornadas, observada, ainda, a legislação especial a que eventualmente estiverem sujeitos. **Resolução nº. 025/2022 - CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO CRESS/DF***

“é forçoso concluir que a Resolução expedida pelo CFESS nº 383/99 é acertada, no meu entendimento, e não deve ser alterada; nem tão pouco revogado seu artigo 2º, até porque, como demonstrado pela decisão do STF, tem a norma administrativa expedida por esta entidade federal propiciado e contribuído para o reconhecimento da legalidade do duplo vínculo do/a profissional assistente social, onde quer que ele/a atue”
PARECER JURÍDICO 40/22 CFESS